

## PROGRAMA DE CONCURSO

### Índice

1. Identificação do Procedimento.....	2
2. Objeto do Procedimento .....	2
3. Entidade Adjudicante .....	2
4. Órgão que tomou a decisão de contratar .....	2
5. Fundamentação da escolha do Concurso Público .....	2
6. Júri .....	2
7. Concorrentes.....	3
8. Acesso às peças do procedimento .....	3
9. Esclarecimentos e listas de erros e omissões.....	3
10. Preço base .....	4
11. Fundamentação do preço base .....	4
12. Documentos que constituem a proposta .....	5
13. Idioma dos documentos que constituem a(s) proposta(s).....	5
14. Prazo para apresentação da(s) proposta(s) .....	5
15. Modo de apresentação da proposta e dos documentos que a instruem .....	6
16. Propostas variantes .....	7
17. Prazo da obrigação de manutenção das propostas .....	7
18. Critério de adjudicação .....	7
19. Critério de desempate.....	7
20. Regras de arredondamento .....	7
21. Adjudicação por lotes.....	7
22. Negociações .....	7
23. Peritos ou consultores .....	7
24. Modalidade jurídica de associação de empresas.....	8
25. Caução .....	8
26. Documentos de habilitação.....	8
27. Regime de Beneficiário Efetivo.....	10
28. Prazo para apresentação dos documentos de habilitação.....	10
29. Minuta do Contrato .....	11
30. Legislação aplicável.....	11
31. ANEXO I – Instruções para preenchimento do DEUCP .....	12
32. ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO .....	13
33. ANEXO 3 - Modelo de proposta Total por Lote .....	14
34. ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE DEPÓSITO BANCÁRIO.....	15
35. ANEXO V - MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA/SEGURO DE CAUÇÃO .....	15

---

## 1. Identificação do Procedimento

Procedimento n.º Concurso Público n.º **CPI/1/2022** que visa o aluguer de equipamentos para diversos eventos do Município de Braga.

---

## 2. Objeto do Procedimento

LOCAÇÃO DE BENS MÓVEIS – Aluguer, montagem e desmontagem de estruturas móveis de apoio à realização de diversos eventos.

O procedimento compreende os seguintes lotes:

### Divisão da Cultura:

Lote 1	ALUGUER DE DIVERSO EQUIPAMENTO: SOM, LUZ, EFEITOS E OUTROS
Lote 2	ALUGUER DE GERADORES
Lote 3	ALUGUER DE DIVERSO EQUIPAMENTO: PALCOS, ESTRADOS, TENDAS, BANCADAS E OUTROS
Lote 4	ALUGUER DE EQUIPAMENTO: SANITÁRIOS

### Pelouro do Ambiente:

Lote 5	5.1 TENDAS, PALCOS E ESTRUTURAS DE APOIO
	5.2 SOM, LUZ e SERVIÇOS TÉCNICOS
Lote 6	STANDS
Lote 7	ALUGUER DE SANITÁRIOS E AFINS

---

## 3. Entidade Adjudicante

Município de Braga.

---

## 4. Órgão que tomou a decisão de contratar

Nos termos do artigo 36.º do CCP a decisão de contratar foi tomada pelo:

Presidente da Câmara Municipal de Braga, Ricardo Rio, no exercício **de competência delegada** pelo Órgão Executivo na sua reunião de 18 de Outubro de 2021, de acordo com o disposto no nº2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, repristinado pela Resolução nº86/2011 de 11 de Abril.

---

## 5. Fundamentação da escolha do Concurso Público

Critério do valor definido no artigo 20.º, n.º 1, al. a) em conjugação com o artigo 474º, nº3, alínea c), cujos valores foram atualizados pelos Regulamento Delegado EU 2021/1952, do Código dos Contratos Públicos (CCP).

---

## 6. Júri

1. O concurso é conduzido por um júri composto por três membros efetivos e quatro suplentes.

2. Para efeitos de análise e avaliação das propostas, face às especificações técnicas, de cada um dos lotes, o Júri poderá, nos termos do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 72.º do CCP, solicitar aos concorrentes esclarecimentos e documentação comprovativa que não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.
3. No caso de não ser apresentada mais do que uma proposta, o júri poderá ser dispensado nos termos do n.º 4 do artigo 67.º do CCP, sendo as suas funções exercidas pela Divisão de Contratação Pública.

---

## **7. Concorrentes**

1. Podem ser concorrentes ao presente procedimento as pessoas, singulares ou coletivas, que não se encontrem em qualquer uma das situações impeditivas previstas no artigo 55.º do CCP.
2. Podem ainda ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação e desde que todas as entidades do agrupamento cumpram os requisitos legais exigidos para efeitos do presente procedimento.
3. Os membros do agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nem integrar outro agrupamento concorrente.
4. Todos os membros de um agrupamento são solidariamente responsáveis perante a entidade adjudicante pela manutenção da proposta.
5. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do acordo quadro, na modalidade jurídica de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, nos termos da lei.

---

## **8. Acesso às peças do procedimento**

1. As peças do procedimento estão integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov com o endereço <https://www.acingov.pt>.
2. O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta e download das peças de procedimento.
3. Todas as notificações e comunicações entre a entidade adjudicante, o júri do concurso e os interessados, na fase de formação do contrato, serão efetuadas através da plataforma eletrónica atrás referida, nos termos dos artigos 467º a 469º do Código dos Contratos Públicos.

---

## **9. Esclarecimentos e listas de erros e omissões**

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados pelos interessados, por escrito, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, ao júri do concurso através da plataforma eletrónica ACINGOV com endereço <https://www.acingov.pt>.



2. No mesmo prazo, devem os concorrentes apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.
3. Os esclarecimentos a que se referem os números anteriores são prestados pelo júri, por escrito, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas, através da plataforma eletrónica.
4. A entidade adjudicante pode proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento nos termos e no prazo previsto no número anterior.
5. Quando as retificações ou esclarecimentos sejam comunicadas para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado.

## 10. Preço base

Os preços base, que não incluem o imposto sobre o valor acrescentado, sendo os valores máximos que a entidade adjudicante aceita pagar e que limitam os preços contratuais, são os seguintes, valores s/ IVA:

### Divisão da Cultura:

Lote 1	ALUGUER DE DIVERSO EQUIPAMENTO: SOM, LUZ, EFEITOS E OUTROS	251 420,00 €
Lote 2	ALUGUER DE GERADORES	25 000,00 €
Lote 3	ALUGUER DE DIVERSO EQUIPAMENTO: PALCOS, ESTRADOS, TENDAS, BANCADAS E OUTROS	200 457,38 €
Lote 4	ALUGUER DE EQUIPAMENTO: SANITÁRIOS	44 180,00 €
		521 057,38 €

### Pelouro do Ambiente:

Lote 5	5.1 TENDAS, PALCOS E ESTRUTURAS DE APOIO	18 821,00 €
	5.2 SOM, LUZ e SERVIÇOS TÉCNICOS	6 316,20 €
Lote 6	STANDS	9 460,00 €
Lote 7	SANITÁRIOS E AFINS	9 570,00 €
		44 167,20 €

O preço base, por lote, será o preço máximo em função da aplicação de preços unitários da(s) proposta(s) adjudicada(s) às quantidades efetivamente requisitadas.

O fornecimento contínuo dos bens e até ao limite contratual, resultará da multiplicação das quantidades efetivamente solicitadas e o preço unitário dos bens constantes da(s) proposta(s) adjudicada(s).

O resultado das quantidades estimadas pelos preços unitários, servem exclusivamente para apurar a ordenação das propostas por lote.

## 11. Fundamentação do preço base



Nos termos do disposto no artigo 35.º-A do Código dos Contratos Públicos foi efetuada uma consulta preliminar ao mercado com o objetivo de averiguar qual o preço médio de mercado para as necessidades aquisitivas da entidade adjudicante, ao abrigo do presente contrato.

O preço base relativamente aos lotes 1 a 4, foi definido tendo em consideração essa consulta preliminar efetuada pela Divisão da Cultura e remetida à DCP.

O preço base dos lotes 5 a 7, teve por base o procedimento desencadeado em finais de 2019 considerando-se um percentual de atualização.

---

## 12. Documentos que constituem a proposta

- a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016, elaborada em conformidade com o modelo e instruções constantes do **Anexo I ao presente Programa de Concurso**;
- b) Proposta com indicação do **preço contratual para cada lote a que concorra**, de acordo com as **previsões de necessidades** conforme **Anexo 1.1 e Anexo 1.2** ao presente Programa, o qual deverá ser indicado em algarismos e por extenso, referindo expressamente que não inclui o IVA;
- c) Documento onde conste, **para cada lote que concorra**, a lista dos preços unitários e preços totais, elaborada conforme modelo **Anexo 2** quando o(s) lote(s) que concorre sejam referentes aos lotes 1 a 4, e **Anexo 3**, quando o(s) lote(s) que concorre sejam referentes aos lotes 5 a 7” ambos anexos ao presente programa de concurso, que não devem incluir o IVA.
- d) Os concorrentes deverão apresentar, **por lotes**, documento onde conste o **preço total** que não devem incluir o IVA, conforme modelo **Anexo 4** ao presente programa de concurso;
- e) Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração referida na alínea a), do presente artigo, deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.

---

## 13. Idioma dos documentos que constituem a(s) proposta(s)

Todos os documentos devem ser apresentados em Português ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

---

## 14. Prazo para apresentação da(s) proposta(s)

- 1. As propostas e os documentos que a instruem serão entregues até às **18h00 do 30.º dia** a contar da data de envio do anúncio para publicação.

2. Sempre que o termo do prazo definido para a apresentação de propostas coincidir com dia em que os serviços da entidade adjudicante estejam encerrados, transfere-se o mesmo para o primeiro dia útil seguinte.
3. A transferência do termo do prazo definido no número 1, por força do estabelecido no número 2, não determinará qualquer alteração aos prazos que estejam associados ao prazo definido para a apresentação de propostas<sup>1</sup>.

---

#### **15. Modo de apresentação da proposta e dos documentos que a instruem**

1. As propostas e os documentos que a instruem serão apresentados através da plataforma eletrónica em uso nesta entidade: [www.acinGov.com](http://www.acinGov.com).
2. A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes pela plataforma um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.
3. Os concorrentes deverão assinar eletronicamente a proposta e todos os documentos carregados na Plataforma, mediante assinatura eletrónica qualificada, de acordo com o artigo 54.º da Lei nº 96/2015, de 17 de agosto.
4. Nos casos em que o Certificado Digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, devem os concorrentes submeter na Plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante.
5. Sob pena de exclusão, quando a proposta e todos os documentos que se lhe associarem sejam apresentados por um agrupamento de concorrentes, devem os mesmos ser apenas assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração a que se refere a alínea a) do n.º 2 do artigo 11.º do programa os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros, ou, não existindo representante comum, deve a proposta e todos os documentos que se lhe associarem conter a assinatura eletrónica qualificada por todos os seus membros ou respetivos representantes.
6. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las.
7. A proposta deve mencionar que ao preço total acresce o IVA, indicando-se o respetivo valor e a taxa legal aplicável entendendo-se, na falta desta menção, que o preço apresentado não inclui aquele imposto.
8. Todos os preços, parciais ou totais, não deverão ter mais de quatro casas decimais<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Refere-se a título de exemplo: prazo para esclarecimentos e retificação de peças do procedimento (art.º 50º do CCP); prazos relativos à apresentação de erros e omissões e decisão dos mesmos (art.º 63º do CCP).

<sup>2</sup> Este número deve retirar-se sempre que não for aplicável ou adaptar-se ao pretendido.



---

#### 16. Propostas variantes

Não é admitida a apresentação pelos concorrentes de proposta(s) variante(s).

---

#### 17. Prazo da obrigação de manutenção das propostas

O prazo de manutenção das propostas é de 660 dias contados da data do termo fixado para a apresentação das propostas, de acordo com o mencionado no artigo 65.º do CCP.

---

#### 18. Critério de adjudicação

1. A adjudicação será feita, **para cada um dos lotes**, de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada através da modalidade:
  - a) Monofator, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, de acordo com o qual o critério de adjudicação é densificado por um fator correspondente a um único aspeto da execução do contrato a celebrar, neste caso o preço como único aspeto da execução do contrato a celebrar.
2. Para efeitos de avaliação das propostas será utilizado o preço total por lote, da proposta apresentada resultantes da multiplicação do preço unitário pelas quantidades estimadas.

---

#### 19. Critério de desempate

Em caso de empate entre duas ou mais propostas, a ordenação final das propostas resultará de sorteio a promover pelo júri na plataforma de contratação pública.

---

#### 20. Regras de arredondamento

Os cálculos matemáticos implicados nas operações de avaliação das propostas serão efetuados sempre considerando quatro casas decimais, processando-se o arredondamento da pontuação final do critério de adjudicação até à terceira casa decimal.

---

#### 21. Adjudicação por lotes

**Os concorrentes podem apresentar propostas para um, para vários ou para todos os lotes**, sendo que a entidade adjudicante pode adjudicar mais que um lote ao mesmo concorrente.

---

#### 22. Negociações

A(s) proposta(s) apresentada(s) não será(ão) objeto de negociação.

---

#### 23. Peritos ou consultores

1. O júri poderá socorrer-se da colaboração dos quadros da entidade adjudicante, ou de quaisquer outros técnicos, como consultores externos, para o apoio e elaboração de relatórios técnicos, na análise das propostas.



2. As deliberações do Júri poderão ter por fundamento, no todo ou em parte, pareceres ou estudos de consultores externos, casos em que tais documentos instruirão os respetivos relatórios que para eles remeterão.

---

#### **24. Modalidade jurídica de associação de empresas**

Em caso de adjudicação todos os membros do agrupamento adjudicatário, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo.

---

#### **25. Caução**

1. Quando o preço total dos lotes adjudicados a um mesmo concorrente atinja ou supere os 500.000,00€, o adjudicatário será notificado da adjudicação e do valor da caução, sendo-lhe, simultaneamente, fixado um prazo de 10 dias, para prestar a caução, sob pena de a adjudicação caducar, de acordo com o disposto no nº 2, alínea b) do artigo 77.º e no artigo 91.º do CCP.
2. A caução, destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, de montante correspondente a 3% do preço total do contrato ou 10% , se o preço total do contrato for considerado anormalmente baixo, deve ser prestada:
  - a. Por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado Português à ordem da entidade que for indicada pelo Município de Braga nos termos do modelo constante do Anexo IV ao presente programa de concurso, que dele faz parte integrante;
  - b. Mediante garantia bancária ou seguro-caução, nos termos do modelo constante do Anexo V ao presente programa de concurso, que dele faz parte integrante.
3. Pode não ser exigida a prestação de caução, quando o adjudicatário, no prazo correspondente, apresente seguro da execução do contrato a celebrar, emitido por entidade seguradora, que cubra o respetivo preço contratual, *[ou declaração de assunção de responsabilidade solidária]* emitido nos termos previstos no n.º 4 do artigo 88.º do CCP.
4. A liberação da caução ocorrerá na devida proporção anual do cumprimento das obrigações contratuais.

---

#### **26. Documentos de habilitação**

1. O adjudicatário deve apresentar, no prazo de cinco (5) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, a reprodução dos documentos de habilitação referidos nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, sem prejuízo da possibilidade conferida no n.º 10 do mesmo artigo, caso o adjudicatário se encontra registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado, a saber:
  - a) Declaração emitida conforme o modelo constante do Anexo II ao presente programa de concurso do qual faz parte integrante.

b) Documento comprovativo da sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP.

c) Documento comprovativo da sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, como definido na alínea e) do art.º 55.º do CCP.

d) Certificado de registo criminal, ou documento equivalente, do próprio no caso de pessoas em nome individual, ou dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência em efetividade de funções e da própria pessoa coletiva, no caso de entidades coletivas, como previsto na alínea b) e h) do art.º 55.º e do art.º 83.º-A do CCP, com a inscrição no fim a que se destina "Contratação Pública".

e) Cópia da certidão do registo comercial ou o código de acesso à certidão permanente ou da ata de tomada de posse dos titulares dos órgãos e respetivos estatutos, no caso de se tratar de pessoa coletiva sem carácter comercial ou industrial<sup>3</sup>.

f) Declaração de início de atividade<sup>4</sup>.

g) Documentos de habilitação previstos nos números 3 e 4 do artigo 2.º da Portaria n.º 372/2017 de 14 de dezembro, quando for o caso.

2. O órgão competente para a decisão de contratar poderá solicitar ao adjudicatário, ainda que tal não conste deste programa de procedimento, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, caso em que será, nos termos do n.º 8 do artigo 81.º do CCP, fixado prazo para o efeito.
3. Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa, sendo que, quando os mesmos, pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos numa outra língua, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
4. Quando os documentos de habilitação, ou alguns deles, se encontrem disponíveis na internet o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar o endereço do sítio onde os documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos deles constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
5. Se o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, os documentos de habilitação devem, nos termos do artigo 6.º da portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, ser apresentados por todos os seus membros.
6. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre exigir ao adjudicatário, em prazo que fixar para o efeito, a apresentação dos originais de qualquer documento cuja reprodução

<sup>3</sup> Não aplicável a entidades não comerciais.

<sup>4</sup> Aplicável no caso de a adjudicação ser a uma entidade em nome individual.



tenha sido apresentada, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes.

7. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por solicitação do adjudicatário, formulada ao órgão competente para a decisão de contratar, por um período não superior a cinco dias.
8. O órgão competente para a decisão de contratar notifica, em simultâneo, todos os concorrentes da apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário, indicando o dia em que ocorreu essa apresentação, os quais serão disponibilizados, para consulta de todos os concorrentes, na plataforma eletrónica "AcinGov".
9. Juntamente com os documentos de habilitação e caso seja aplicável, o adjudicatário deverá, ainda, apresentar cópia do contrato de consórcio, bem como quaisquer outros documentos que se revelem necessários, comprovativos da associação dos membros do agrupamento adjudicatário na modalidade indicada no artigo 8.º deste Programa do Procedimento.
10. No caso previsto no número anterior o contrato de consórcio deve indicar a empresa que exercerá as funções de líder de consórcio, devendo ser-lhe conferidos, no mesmo ato e por procuração, os poderes a que se referem as alíneas do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de Julho, e ainda os poderes especiais para receber das entidades adjudicantes, e delas dar quitação, quaisquer quantias que devam ser pagas às consorciadas em execução do contrato.

---

## 27. Regime de Beneficiário Efetivo<sup>5</sup>

1. Juntamente com os documentos de habilitação e dentro do mesmo prazo, o adjudicatário deverá ainda apresentar o **documento comprovativo de registo no RCBE<sup>6</sup>**, ou respetivo código de acesso.
2. Tendo em consideração o disposto no artigo 37.º, n.º 1, alínea b), da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, o incumprimento das obrigações declarativas no Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, proíbe a celebração decorrente do presente procedimento, constituindo causa de caducidade da adjudicação por força do disposto no artigo 87.º-A do CCP.
3. Ao adjudicatário será concedido um prazo de 5 dias para se pronunciar em sede de audiência prévia, relativamente a facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do artigo 87.º - A do CCP.

---

## 28. Prazo para apresentação dos documentos de habilitação

1. O adjudicatário deve apresentar os documentos **no prazo máximo de 5 (cinco) dias** após a notificação da adjudicação.

---

<sup>5</sup> Não aplicável a entidades em nome individual

<sup>6</sup> Estão excluídas da apresentação do RCBE as entidades identificadas no artigo 4.º do Anexo, da Lei 89/2017, de 21 de agosto



2. Para efeitos da alínea g) do n.º 1 do artigo 132.º do CCP, o adjudicatário **dispõe de um prazo de 5 (cinco) dias** para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP
3. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, **por um período não superior a 5 (cinco) dias**, por solicitação do adjudicatário ao órgão competente para a decisão de contratar. (n.º 2 do art.º 85º do CCP).
4. Sempre que se verifique um facto que possa levar à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 86.º do CCP, o adjudicatário será notificado do facto ocorrido, para que, **no prazo de 5 (cinco) dias** se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia. (n.º 2 do art.º 86º do CCP).
5. Sempre que se verifique um facto que possa levar à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 86.º do CCP, por um facto que não seja imputável ao adjudicatário, o prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por solicitação do adjudicatário ao órgão competente para a decisão de contratar, **por um período não superior a 5 (cinco) dias**. (n.º 3 do art.º 86º do CCP).

---

#### 29. Minuta do Contrato

A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos **5 (cinco) dias** subsequentes à respetiva notificação.

---

#### 30. Legislação aplicável

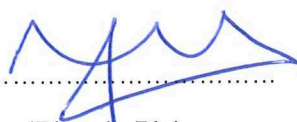
Em tudo quanto for omissa no presente programa de concurso, observar-se-á o disposto no CCP (aprovado pelo DL n.º 18/2008 de 29 de janeiro e republicado no DL n.º 111-B/2017 de 31 de agosto de 2017, e sucessivas alterações, nomeadamente a Lei n.º 30/2021, de 21 de maio), e restante legislação aplicável.

#### Despacho:

Aprovo o presente Programa de Concurso.

Braga, 22 / 04 / 19

O Presidente da Câmara,



(Ricardo Rio)

## **31. ANEXO I – Instruções para preenchimento do DEUCP**

### **1. Nota Prévia**

O Modelo de declaração Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP) ou (ESPD–European Single Procurement Document) disponibilizado no presente procedimento em formato “PDF” previamente preenchido pela entidade adjudicante e que pode ser obtido em formato eletrónico na área específica do Portal da Comissão Europeia, no link: <https://ec.europa.eu/growth/tools-databases/espd/filter?lang=pt> utilizando o formulário-tipo do Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016.

O(s) DEUCP(s) deve(m) ser assinado(s) eletronicamente, pelo(s) operador(es) económico(s) ou por representante(s) legal(ais) com poderes para o(s) obrigar, mediante a utilização de certificado de assinatura eletrónica qualificada. Recomenda-se, para efeitos do preenchimento do formulário, a prévia leitura da Circular como, o documento de ajuda (FAQ) em anexo à mesma, em: [http://www.impic.pt/impic/assets/misc/pdf/Circular\\_informativa\\_1\\_IMPIC\\_2016.pdf](http://www.impic.pt/impic/assets/misc/pdf/Circular_informativa_1_IMPIC_2016.pdf)

### **2. Instruções**

- a) O DEUCP, de formato eletrónico, deve ser obtido na área específica do Portal da Comissão Europeia, em <https://ec.europa.eu/growth/toolsdatabases/espd/filter?lang=pt>
- b) Selecionar “Sou um operador económico”, “Importar um DEUCP” e clicar “Escolher ficheiro”, após o que deve navegar no explorador de ficheiros até à localização do ficheiro “2018-10-espd-request.xml”.
- c) Uma vez carregado o ficheiro, selecionar “Portugal” na caixa “Selecionar país” e clicar “Seguinte”.
- d) Na Parte II [Informações sobre o operador económico], preencher os blocos A, B e C e clicar em “Seguinte”.
- e) Na Parte III [Motivos de exclusão], responder às questões dos blocos A, B e C e clicar em “Seguinte”.
- f) Na Parte IV [Critérios de seleção] responder somente ao bloco a [Indicação global sobre todos os critérios de seleção] e clicar em “Seguinte”.
- g) Preencher somente a Parte VI [Declarações finais], clicar em “Exportar”, guardar o ficheiro “2018-10-espdresponse.xml”, imprimir o documento em formato PDF e guardá-lo com a designação “DEUCP”;
- h) Anexar o ficheiro criado no ponto anterior aos documentos a submeter no procedimento.

## 32. ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Decreto-Lei 18/2008 de 29 de janeiro, com as alterações vigentes)

1. ... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de  
(<sup>7</sup>) ... [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], adjudicatário(a) no procedimento de ... [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (<sup>8</sup>) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
2. O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (<sup>9</sup>)] os documentos comprovativos de que a sua representada (<sup>10</sup>) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[Local], [data] [Assinatura (<sup>11</sup>)]

(<sup>7</sup>) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(<sup>8</sup>) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(<sup>9</sup>) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(<sup>10</sup>) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(<sup>11</sup>) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º



### 33. ANEXO 3 - Modelo de proposta Total por Lote<sup>12</sup>

#### Modelo da Proposta

(a que se refere o artigo 12.º n.º do presente Programa de Concurso)

*Identificação do representante legal do concorrente*), na qualidade de (*qualidade em que subscreve a declaração*) da (*identificação da sociedade ou do agrupamento*), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento por Concurso Público com publicidade internacional “.....”, a que se refere o anúncio datado de ....., obriga-se a executar o referido contrato em harmonia com o o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

O **preço global da proposta** é de € ..... (*em euros, por extenso e por algarismos*), que não inclui Imposto sobre o Valor Acrescentado, relativo ao **Lote**: .....

Os preços unitários encontram-se discriminados no ficheiro Excel denominado “**Anexo 2** quando o(s) lote(s) que concorre sejam referentes aos lotes 1 a 4, e **Anexo 3**, quando o(s) lote(s) que concorre sejam referentes aos lotes 5 a 7” o qual faz parte integrante da proposta.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]

---

<sup>12</sup> Utilizar uma por cada lote

#### 34. ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE DEPÓSITO BANCÁRIO

Para os devidos efeitos, \_\_\_\_\_ (*sede, filial, agência ou delegação da entidade bancária*), declara que \_\_\_\_\_ (*nome do adjudicatário*), com sede em \_\_\_\_\_ (*morada*), nos termos e para os efeitos previstos dos n.ºs 3 e 4 do 90.º do Código dos Contratos Públicos, depositou neste Banco a quantia de \_\_\_\_\_ €, como caução exigida para \_\_\_\_\_ (*identificação do procedimento*).

Este depósito, sem reservas, fica à ordem de \_\_\_\_\_ (*entidade adjudicante*).

A presente caução permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua liberação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]

#### 35. ANEXO V - MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA/SEGURO DE CAUÇÃO

Garantia bancária/seguro de caução (*eliminar o que não interessar*) n.º \_\_\_\_\_

Em nome e a pedido de \_\_\_\_\_ (*adjudicatário*), vem o(a) \_\_\_\_\_ (*instituição garante*), pelo presente documento, prestar, a favor de \_\_\_\_\_ (*entidade adjudicante beneficiária*), uma garantia bancária/seguro-caução (*eliminar o que não interessar*), até ao montante de \_\_\_\_\_ (*por algarismos e por extenso*), destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito do \_\_\_\_\_ (*identificação do procedimento*), nos termos dos n.ºs 6 e 8 / 7 e 8 (*eliminar o que não interessar*) do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde a 3% do preço contratual e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, e com ela o banco garante assumir o compromisso irrevogável de pagar, logo à primeira solicitação e sem direito de protesto ou reclamação ou qualquer reserva, toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros (*eliminar o que não interessar*) garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia entra em vigor na data da sua emissão e permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pelo Município de Braga, através do seu Presidente, não podendo ser anulada ou alterada sem o seu consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]